

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)
ATIVO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVO CIRCULANTE	<u>4.464.817,17</u>	<u>3.004.493,90</u>
Disponível	<u>302.114,25</u>	<u>268.786,33</u>
Realizável	<u>4.162.702,92</u>	<u>2.735.707,57</u>
Aplicações Financeiras	<u>1.601.697,49</u>	<u>1.376.187,39</u>
Aplicações Vinculadas à Provisões Técnicas	1.506.697,49	1.376.187,39
Aplicações Não Vinculadas	95.000,00	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>2.379.133,80</u>	<u>1.109.870,45</u>
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	2.379.133,80	1.109.870,45
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde	5.938,60	-
Bens e Títulos a Receber	-	249.649,73
Despesas Antecipadas	175.933,03	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>687.535,77</u>	<u>839.715,69</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>137.391,35</u>	<u>490.934,46</u>
Ativo Fiscal Diferido	137.391,35	490.934,46
Imobilizado	<u>550.144,42</u>	<u>348.781,23</u>
Imóveis de Uso Próprio	:	:
Imobilizado de Uso Próprio	<u>550.144,42</u>	<u>348.781,23</u>
Não Hospitalares / Não Odontológicos	550.144,42	348.781,23
TOTAL DO ATIVO	<u>5.152.352,94</u>	<u>3.844.209,59</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)
PASSIVO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PASSIVO CIRCULANTE	<u>2.529.958,12</u>	<u>2.080.034,84</u>
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	463.269,80	991.121,53
Contraprestações a Restituir	797,36	150,84
Receita Antecipada de Contraprestações	235.124,33	236.291,64
Comercialização sobre Operações	227.348,11	463.632,27
Débitos de Operações de Administração de Benefícios	-	291.046,78
Débitos com Oper.Assist.Saúde Não Relacion. c/Planos Saúde	258,53	156.261,72
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	723.142,74	291.347,65
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	6.435,18	95.609,52
Débitos Diversos	1.336.851,87	545.694,42
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>38.000,00</u>	<u>38.000,00</u>
Provisões	<u>38.000,00</u>	<u>38.000,00</u>
Provisões para Ações Judiciais	38.000,00	38.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.584.394,82</u>	<u>1.726.174,75</u>
Capital Social	2.139.998,40	2.139.998,40
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	444.396,42	(413.823,65)
TOTAL DO PASSIVO	<u>5.152.352,94</u>	<u>3.844.209,59</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>25.082.373,25</u>	<u>10.693.582,9</u>
Receitas com Administração de Benefícios	<u>26.722.944,53</u>	<u>11.401.906,5</u>
Receitas com Administração	26.722.944,53	11.401.906,59
(-) Tributos Diretos de Oper. c/Planos Assistência à Saúde	(1.640.571,28)	(708.323,69)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS	<u>25.082.373,25</u>	<u>10.693.582,9</u>
Outras Despesas Operacionais com Adm de Benefícios	(4.055.697,65)	(1.487.103,77)
RESULTADO BRUTO	<u>21.026.675,60</u>	<u>9.206.479,13</u>
Despesas de Comercialização	(5.911.544,17)	(2.320.959,25)
Despesas Administrativas	(12.291.028,57)	(7.397.667,04)
Resultado Financeiro Líquido	<u>712.594,20</u>	<u>1.254.586,95</u>
Receitas Financeiras	1.127.301,08	1.417.900,96
Despesas Financeiras	(414.706,88)	(163.314,01)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	<u>3.536.697,06</u>	<u>742.439,79</u>
Imposto de Renda	(860.174,27)	(41.420,44)
Contribuição Social	(318.302,72)	(20.964,37)
RESULTADO LÍQUIDO	<u>2.358.220,07</u>	<u>680.054,98</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em Reais)**

	Capital Social	Lucros ou Prejuízos Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ./2015	2.440.000,00	(1.093.878,63)	1.346.121,37
Lucro Líquido do Exercício	-	680.054,98	680.054,98
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	(300.001,60)		(300.001,60)
SALDOS EM 31/DEZ./2016	2.139.998,40	(413.823,65)	1.726.174,75
Lucro Líquido do Exercício	-	2.358.220,07	2.358.220,07
Distribuição de lucros	-	(1.500.000,00)	(1.500.000,00)
SALDOS EM 31/DEZ./2017	2.139.998,40	444.396,42	2.584.394,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais)

<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	2017	2016
(+) Recebimento de Planos de Saúde	69.401.837,16	17.779.791,11
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	78.391.856,06	27.773.677,91
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	428.912,91	201.316,98
(+) Outros Recebimentos Operacionais	24.124.929,41	22.105.454,66
(-) Pagamento Fornecedores/Prestadores de Serviços Saúde	(59.999.515,38)	(29.667.482,46)
(-) Pagamento de Comissões	(2.242.541,92)	(1.750.897,07)
(-) Pagamento de Pessoal	(3.290.925,71)	(2.160.334,66)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(1.808.577,17)	(242.182,50)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.991.360,96)	-
(-) Pagamento de Tributos	(3.047.381,39)	(1.101.045,73)
(-) Pagamento de Contingências Cíveis		
(-) Cíveis/Trabalhistas/Tributárias	(80.991,46)	(3.858,25)
(-) Pagamento de Aluguel	(449.583,90)	-
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(473.038,18)	(55.465,37)
(-) Aplicações Financeiras	(78.615.509,83)	(27.927.990,35)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(17.969.319,08)	(4.685.639,69)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>378.790,56</u>	<u>265.344,58</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
(+) Recebimento - Empréstimos / Financiamentos	10.914,20	382.145,03
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	29.620,30	49,44
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(275.791,89)	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(110.205,25)	(380.955,26)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	<u>(345.462,64)</u>	<u>1.239,21</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>33.327,92</u>	<u>266.583,79</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>33.327,92</u>	<u>266.583,79</u>
CAIXA - Saldo Inicial	267.685,06	1.101,27
CAIXA - Saldo Final	301.012,98	267.685,06
Ativos Livres no Início do Período	268.786,33	1.101,27
Ativos Livres no Final do Período	<u>302.114,25</u>	<u>268.786,33</u>
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	<u>33.327,92</u>	<u>267.685,06</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Plural Gestão de Planos de Saúde Ltda**, tem como atividade a comercialização e administração de plano de saúde de operadoras de assistência à saúde médica hospitalar, de acordo com a legislação vigente.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de Apresentação

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS.

2.2 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Administradora estão descritas a seguir:

2.2.1 Apuração do Resultado

a) **Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As taxas de Administração sobre as contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura nos contratos Estipulados. Nos contratos Não Estipulados, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor da taxa de administração a ser faturado.

2.2.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, quando necessário, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

2.2.3 Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em bancos conta movimento.

2.2.4 Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.2.5 Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de obrigação destas operações nos contratos com as Operadoras de planos de assistência à saúde, pelo seu período de cobertura. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A administração da **Plural** revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.2.6 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e ajustado pelo novo custo atribuído, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, às taxas mencionadas na **Nota Explicativa nº 6**.

Através de avaliação interna da “**Plural**” a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores.

2.2.8 Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Administradora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados pelo lucro real trimestral e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, onde os créditos gerados somente são reconhecidos na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base o histórico e a expectativa de rentabilidade. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

2.2.10 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (cíveis e trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

b) Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3. Aplicações Financeiras

3.1. Vinculadas a Provisões Técnicas:

	<u>Exercícios</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bradesco - Aplicação ANS	1.506.697,49	1.376.187,39
Subtotal	1.506.697,49	1.376.187,39

3.2. Não Vinculadas:

	<u>Exercícios</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Itaú Renda Fixa	95.000,00	-
Subtotal	95.000,00	-
TOTAL	95.000,00	-

A “**Plural**” constituiu valores em ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear suas operações e sua movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos planos comercializados pela Administradora, conforme segue:

	Exercícios	
	2017	2016
Taxa de Administração Administradora de Benefícios		
Contratos Estipulados	848.290,02	363.677,32
Contratos Estipulados	9.493,41	2.477,01
Subtotal	857.783,43	366.154,33
Provisão Para Perdas	(186.924,38)	(71.324,00)
Total Líquido	670.859,05	294.830,00
Créditos a Receber de		
Contratos Estipulados	2.159.161,68	998.797,25
Contratos Não Estipulados	31.263,17	3.263,43
Subtotal	2.190.424,85	1.002.060,68
Provisão para Perdas	(482.150,10)	(187.020,56)
Subtotal	1.708.274,75	815.040,12
Total Líquido	2.379.133,80	1.109.870,45

5. Bens e Títulos a Receber

	Exercícios	
	2017	2016
Créditos a Receber		
Valores a Reber Adm. Benefícios	-	249.649,73
Total	-	249.649,73

6. Despesas Antecipadas

	Exercícios	
	2017	2016
Despesas Antecipadas		
Adiantamento Efetuados	175.933,03	-
Total	175.933,03	-

7. Realizável a Longo Prazo - Ativo Não Circulante

	Exercícios	
	2017	2016
Realizável a Longo Prazo		
Crédito Tributário - IRPJ (i)	88.365,54	346.417,83
Crédito Tributário - CSLL (ii)	49.025,21	144.516,63
Total	137.391,35	490.934,46

- (i) O valor refere-se ao recolhimento do IRPJ sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores;
- (ii) O valor refere-se ao recolhimento do CSLL sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

8. Imobilizado

	Taxa Anual Depreciação	Valor Líquido	Depreciação Acumulada	Exercícios	
				2017 Valor Líquido	2016 Valor Líquido
Titularidade própria					
Instalações	10%	23.387,04	(6.428,29)	16.958,75	19.297,43
Máquinas e Equipamentos	10%	74.527,92	(9.288,34)	65.239,58	39.601,57
Informática	20%	187.442,17	(76.758,13)	110.684,04	64.544,12
Móveis e Utensílios	10%	335.436,09	(68.683,04)	266.753,055	140.216,53
Benfeitorias	10%	7.100,00	(6.585,87)	514,13	1.934,09
Intangível	10%	92.942,60	(2.947,73)	89.994,87	83.187,49
Total		720.835,82	(170.691,40)	550.144,43	348.781,23

A “Plural” efetuou, internamente, estudos para verificar a possibilidade de determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, conseqüentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto no CPC-27 - Ativo Imobilizado.

Como resultado desse estudo, a administração da Administradora decidiu por não alterar os prazos estimados de vida útil e as taxas aplicadas até o momento.

9. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

	Exercícios	
	2017	2016
Contraprestações a Restituir	797,36	150,84
Contraprestações Recebidas Antecipadamente	235.124,33	236.291,64
Comercialização sobre Contraprestações	227.348,11	463.632,27
Contraprestações Pecuniárias a Repassar	-	291.046,78
Outros Débitos não relacionados com Operadoras	258,53	156.261,72
Total	463.528,33	1.147.383,25

10. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	Exercícios	
	2017	2016
IRPJ (i)	244.158,70	15.231,69
CSLL (i)	89.824,30	9.398,68
ISSQN	34.997,83	90.085,63
Contribuições Previdenciárias	78.702,11	25.037,38
FGTS	20.669,50	9.635,73
COFINS e PIS	157.863,94	53.721,86
Outros Impostos	501,73	2.183,70
IRRF	39.841,52	31.384,47
ISS Retido na Fonte	3.462,71	6.852,61
CSLL Retido na Fonte	11.082,00	8.133,33
COFINS Retido de Terceiros	33.289,72	29.198,78
PIS Retido de Terceiros	7.203,35	6.326,40
Contribuições Previdenciárias Retidas	1.545,33	4.157,39
Outros	-	-
Total	723.12,74	291.347,65

(i) Lucro real trimestral é a metodologia de cálculo de opção pela empresa para cálculo da CSLL e do IRPJ.

11. Empréstimos e Financiamentos

	Exercícios	
	2017	2016
Empréstimos		
Empréstimos	6.435,18	95.609,52
Total	6.435,18	95.609,52

12. Débitos Diversos

	Exercícios	
	2017	2016
Obrigações com Pessoal	388.091,97	467.425,78
Fornecedores	48.549,52	67.655,85
Depósitos Beneficiários	41.679,66	10.613,09
Outros Débitos a Pagar	858.531,62	-
Total	1.336.851,87	545.694,72

13. Passivo Não Circulante

	Exercícios	
	2017	2016
Provisão		
Provisão para outras contingências	38.000,00	38.000,00
Total	38.000,00	38.000,00

(i) Provisões para contingências refere-se a valores sobre ações cíveis.

14. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 2.139.998,40, representado por 148.611 quotas no valor nominal de R\$ 14,40 cada uma, de totalidade de sócios residentes e domiciliados no País.

15. Despesas Administrativas

	Exercícios	
	2017	2016
Administração e Sócios	455.278,37	446.008,54
Pessoal	1.262.728,17	1.728.280,21
Serviços de terceiros	3.991.360,96	2.387.299,48
Localização e funcionamento	4.485.292,74	2.452.106,67
Depreciação e amortização	59.973,36	44.800,65
Publicidade e propaganda	433.247,18	263.340,36
Tributos	36.877,64	30.989,30
Despesas Administrativas Diversas	214.399,20	44.842,33
Total	9.676.429,45	7.397.667,54



16. Conciliação da Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras e administradoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à Administradora que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

André Luiz Corbacho Viana
Presidente
CPF: 519.222.587-68

Marcelino Henrique Queiroz Botelho
Contador – CRC_MG 067.669-01
CPF: 601.967.006-63

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 2016 foram submetidas a novos exames por nós, em substituição ao trabalho realizado pelos auditores independentes anteriores, sendo que em nossa opinião não consta ressalvas em nosso relatório datado de 23 de outubro de 2017. Portanto, foram mencionadas apenas observações a respeito da contratação após o encerramento das demonstrações contábeis de 2016.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Singular são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Singular. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

De São Paulo (SP) para Niterói (RJ), 12 de Março de 2018.



Aud7 Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP024490/O-2 "S" "RJ"



Alex Ribeiro Telo
Contador
CRC1SP 173.375/O-3 "S" "RJ"
CVM 11363
CNAI 2388
CNPC 117

Rio de Janeiro - RJ

**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Senhores Quotistas

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Plural Administradora de Benefícios, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais da Administradora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

a) Política de destinação de lucros / superávits / sobras

A Administradora tem como política, o pagamento de juros sobre capital dos sócios durante o exercício, nos limites legais, e distribuição dos restantes de seus lucros no decorrer e ao final do exercício.

Os lucros apresentados nos exercícios de 2017 e 2016 possibilitaram a empresa fazer as distribuições aos sócios sem comprometer a segurança financeira da mesma. As distribuições feitas respeitaram sempre os estudos e direcionamento de fortalecimento financeiro dos negócios.

b) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade/Administradora e/ou no resultado do exercício

A operação da Administradora consiste em Comercializar e Administrar no mercado planos de saúde coletivos oferecidos por operadoras de assistência à Saúde devidamente Registradas na ANS.

No final do exercício de 2017 alcançamos a marca de 38.781 (trinta e oito mil setecentos e oitenta e um) beneficiários.

Atuamos em todo Brasil, especialmente nas regiões das Cidades do Rio de Janeiro-RJ, Niterói-RJ, Manaus-AM, Porto Velho-RD, Colatina-ES, Paranavaí-PR, Santo André-SP, São Bernardo do Campo-SP e Porto Alegre.

A Administradora apurou no ano de 2016 um lucro líquido de R\$ 680.054,98 (seiscentos e oitenta mil cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos) e em 2017 R\$ 2.358.220,07 (dois milhões trezentos e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte reais e sete centavos). Este resultado foi alcançado com a evolução das receitas de adesão de novos beneficiários e do contínuo trabalho de melhoria da eficiência administrativa, conforme se observa na comparação a seguir:

	2017	2016	Variação
(+) Receita com Adm Planos de Saúde	26.722.944,53	11.401.906,59	134%
(-) Tributos Diretos	-1.640.571,28	-708.323,69	132%
(=) Resultado Líquido	25.082.373,25	10.693.582,90	135%
(-) Outras Despesas com Operações	-4.055.697,65	-1.487.103,77	173%
(=) Resultado Bruto	21.026.675,60	9.206.479,13	128%
(-) Despesa Comercialização	-5.911.544,17	-2.320.959,25	155%
(-) Despesas Administrativas	-12.291.028,57	-7.397.667,04	66%
(+) Receitas Financeiras	1.127.301,08	1.417.900,96	-20%
(-) Despesa Financeiro	-414.706,88	-163.314,01	154%
(=) Resultado Operacional	3.536.697,06	742.439,79	376%
(-) Impostos Sobre Lucro	-1.178.476,99	-62.384,81	1789%
(=) Lucro Líquido	2.358.220,07	680.054,98	247%

c) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto

Não houve em 2017 nenhuma alteração societária ou de controle direto e indireto da empresa.

d) Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

Continuar expandindo o mercado de atuação, investindo em treinamento das equipes, melhoria de controles internos e tecnologia para manter o custo administrativo baixo.

Quanto ao crescimento da carteira e resultado, temos a expectativa de obter um crescimento anual real da receita acima de 80% (oitenta por cento) com a venda de planos coletivos.

Quanto ao resultado nossa meta é manter o custo administrativo abaixo de 50% (cinquenta por cento) das receitas, mantendo investimento e medidas que busquem melhorar nossa eficiência administrativa e principalmente reforçando o controle de inadimplência.



e) Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A operadora declara ter plena e total capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 1.601.697,49 (um milhão seiscentos e hum mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos).

Rio de Janeiro, 12 de março de 2018.

André Luiz Corbacho Viana
Presidente
CPF: 519.222.587-68

Marcelino Henrique Queiroz Botelho
Contador – CRC_MG 067.669-01
CPF: 601.967.006-63